

# Memória política e controle documental: O caso PT na campanha presidencial de 1989\*

EGLEÉ BELISARIO GUEVARA\*\*

MARIA DO CARMO ANDRADE GOMES\*\*

**Discute-se a sistematização e controle da produção documental gerada e difundida pelo Partido dos Trabalhadores (PT) durante a campanha presidencial de 1989. Destaca-se a importância desta documentação, quando reflete uma parte da memória política do País.**

**PALAVRAS-CHAVE:** Controle Documental  
Memória Política  
Partido Político

*"... limpar, engastar e montar essas jóias que são os documentos ..."*

*Michel De Certeau*

---

\* Este artigo baseia-se no trabalho "Memória Política e Controle documental: o caso PT na campanha presidencial de 1989", o qual foi produto da disciplina "Princípios e Práticas de Bibliografia", oferecido no mestrado de Biblioteconomia, UFMG, 1989.

\*\* Alunas do Curso de Pós-graduação em Biblioteconomia da UFMG.

## 1 INTRODUÇÃO

Após mais de duas décadas de ditadura militar, o Brasil atravessou um momento crucial de sua transição para uma sociedade democrática, dentro dos limites do processo político representado pela eleição do Presidente da República pelo voto direto em 1989.

Assistiu-se ao surgimento de grande variedade de grupos políticos, agregados em partidos e alianças partidárias que disputaram a direção do País, num processo bastante competitivo e polarizado, exigindo desses grupos cada vez mais espaços em todos os meios de difusão de massa. Nessa disputa, os partidos necessitaram de intensa utilização da informação, tanto para produção de seu próprio material publicitário como também para analisar e combater os discursos de seus competidores.

No trabalho que inspirou este artigo(\*), buscou-se conhecer as formas de sistematização e controle da produção documental gerada e difundida por um partido ao seu eleitorado durante a campanha presidencial de 89. Passadas as eleições, o objetivo se deslocou para uma avaliação das condições reais de organização e recuperação da informação dentro do partido.

A escolha recaiu sobre o PT - Partido dos Trabalhadores - por tratar-se de um partido com certa organicidade, ou seja, por definir-se por um estatuto e um programa, mantendo os debates internos em torno dos conteúdos programáticos e estratégias políticas a cada desafio, seja parlamentar ou eleitoral. Esse dinamismo da via "interna" do PT permitiu a suposição de que a questão sobre a sua própria "memória", traduzida aqui na preocupação com o controle da informação, poderia ser igualmente enriquecedora.

Outro fator que condicionou a escolha foi a intensa e variada produção informativa e publicitária que caracterizou a campanha LULA PRESIDENTE, numa diversidade de fórmulas que foram desde periódicos de cunhos mais científicos até simples panfletos de linguagem corrente, propiciando variadas opções de organização documental.

Cabe ressaltar aqui alguns aspectos da campanha que condicionaram o objetivo do trabalho dentro de limites definidos a priori. Como se sabe, o PT não lançou candidatura isolada, mas dentro da aliança denominada Frente Brasil Popular, compostas por outros partidos além do PT, quais sejam o PC do B e o PSB<sup>1</sup>.

Por outro lado, no segundo turno, a candidatura LULA passou a ser apoiada por outros partidos como o PDT, o PCB e mesmo setores do PSDB e do PMDB<sup>2</sup>, tendo ampliado o espectro em natureza das publicações de campanha.

Dentro dessa diversidade de materiais passíveis de estudo, optou-se pela análise da organização do material publicitário textual da Frente Brasil Popular, no primeiro e segundo turnos, e pelo acompanhamento de seu controle somente dentro do Partido dos Trabalhadores - Diretório de Minas Gerais.

Partiu-se do pressuposto de que o Partido produz e difunde informação, mas não empreende um controle sobre ela, no sentido de sua recuperação e organização, com vistas à montagem de seu próprio arquivo ou setor de documentação, apto a responder a futuras buscas documentárias. Dessa forma, o objetivo final do trabalho foi salientar a relevância da organização da informação para a constituição da memória do Partido e, conseqüentemente, da memória política do país.

## 2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

### 2.1 A memória coletiva e a memória política

A memória é definida por LE GOFF (1:11) como a propriedade de se conservar certas informações, propriedade

---

1. PC do B - Partido Comunista do Brasil

PSB - Partido Socialista Brasileiro

2. PDT - Partido Democrata Trabalhista

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

essa inerente tanto à natureza individual como coletiva. Ao longo da história, a memória coletiva tem sido transmitida através da narração, como uma das primeiras formas de comunicação e memorização, assim como de diversas fontes: a arte, a escrita, a religião, as instituições a ela destinadas (como arquivos, bibliotecas e museus), os monumentos, os rituais simbólicos.

Em todas as sociedades a memória coletiva é moldada pela luta das forças sociais pelo poder (1:13), constituindo-se em fator de manipulação para a dominação social. Assim, a memória coletiva resgata dos arquivos (1:44-5), das experiências históricas dos seus criadores (o Estado, os meios sociais e políticos) aqueles aspectos que dão sustentação à forma, então hegemônica, de controle social. Dada uma determinada relação de poder, base sobre a qual historicamente se estruturou uma sociedade, o segmento ou classe social, então dominante, busca perpetuar sua hegemonia, resgatando, entre outros fatores, os elementos da memória coletiva que sustentam sua visão de mundo, e legitimam a sua posição como herdeira de um passado que é comum a toda sociedade.

Mas, a memória coletiva não se esgota nessa versão hegemônica. As diversas expressões populares do mundo material (artesanato, culinária, vestuário, moradia), como também as manifestação étnicas (valores, hábitos, costumes), vão construindo ao longo do tempo, a memória coletiva com a qual cada grupo se identifica.

Parte deste passado coletivo pode ser reinterpretado a partir das lutas sociais; confrontos que vão constituir a memória política, como expõe CALDEIRA: "Grupos tentando mobilizar politicamente desenvolvem um discurso marcado por construções do passado e do futuro. Visões do passado estão no centro das lutas políticas" (2:22).

Neste sentido, cabe aos "profissionais científicos da memória" (1:47), antropólogos, historiadores, comunicadores sociais, bibliotecários, arquivistas e outros, trabalhar com objetivo de democratizá-la, possibilitando as novas interpretações do passado que dêem sentido às experiências do presente.

Focalizando com maior profundidade a questão da memória política, que nos interessa mais de perto neste trabalho, assiste-se hoje à renovação e ampliação da história política por muito tempo relegada a um segundo plano, devido ao seu caráter elitista e narrativo, presa muitas vezes ao personagem político e ignorando a sociedade como um todo. Segundo Julliard, esta ampliação ocorre devido a dois grandes fatores sociais, determinantes do papel político nas sociedades modernas. O primeiro refere-se à influência dos meios de difusão e comunicação que "tornam imediatamente políticos um grande número de acontecimentos conferindo-lhes uma repercussão pública, uma singularidade, talvez um caráter de exemplo que não existiriam sem tais meios" (3:184). O segundo diz respeito à disseminação do poder público numa sociedade democratizada, constituindo em agentes políticos os partidos, sindicatos, a administração pública nos seus diferentes níveis, os grupos organizados. Amplia-se, desta forma, o universo político, e a história, para ser inteligível, deve recorrer mais e mais à instância política da sociedade.

No que toca especialmente a este trabalho, cabe ressaltar que os partidos políticos podem apresentar-se como fontes da memória, cujo potencial informativo já é reconhecido pelos pesquisadores. Como diz BELOCH: "os arquivos de partidos políticos seriam elementos capitais para a compreensão da história. São entretanto desconhecidos. A indigência de tais fundos documentais reflete o baixo nível de institucionalização da estrutura partidária brasileira. Muitos se perderam pelo descaso ou em consequência da repressão política. Embora se componham basicamente de registros formais – programas, resoluções, organizações de convenções e congressos, campanhas e resultados eleitorais, recursos na justiça eleitoral, etc. – constituem suporte indispensável aos estudos políticos" (4:49).

Assim, duas considerações conclusivas se destacam:

- a importância da memória coletiva na constituição da visão do mundo das sociedades e como instrumento de transformação das mesmas;

- a importância dos partidos políticos, entre outras instituições, na construção de uma memória política de uma sociedade democrática.

Assim sendo, quer a memória coletiva, quer a política, são fundamentais na construção da identidade social, com um passado e um presente. Por isso a constituição da memória de uma nação vincula-se com a coleta, guarda e organização da grande diversidade dos documentos reproduzidos ou relativos a ele (textos, mapas, fotografias, pinturas, depoimentos, materiais arqueológicos, filmes. etc.)

## 2.2 Controle da Produção Documental

É sabido que o grau de desenvolvimento de uma sociedade se vincula ao volume e qualidade da informação que os seus membros possuem. Isto se constata quando são estabelecidas comparações entre os países "desenvolvidos" e os "subdesenvolvidos" quanto ao tratamento e uso dado às informações. Essas são selecionadas, organizadas e difundidas no sentido de atingir predominantemente os objetivos econômicos, políticos e sócio-culturais daquelas nações desenvolvidas.

Assim, os especialistas apontam a necessidade de se direcionar o processo de transferência de informações, entendido como o conjunto e a dinâmica dos meios comunicativos que permitem a absorção produzida fora da sociedade, no sentido de identificar e solucionar seus problemas. Como especifica LEMOS, estudando a transferência de informação entre o norte e o sul, "trata-se de ser seletivo na importação da informação, de montar esquemas efetivos de utilização compartilhada de informação, de criar sistemas eficazes e participantes de disseminação e difusão da informação" (5:70), o qual deve estar em coerência com os planos de desenvolvimento nacionais que visem elevar os níveis da qualidade de vida da população.

Observa-se, então, a importância que o controle da produção documental possui como um subsídio a essas

proposições. Para isso, portanto, a sistematização quer do conteúdo (informação), quer dos documentos, na sua diversidade física, é uma atividade básica para os referidos fins, seja em nível nacional, seja em nível de toda e qualquer instituição ou programa social.

Nesse processo organizativo, que compreende diferentes etapas, alguns fatores são determinantes. Em primeiro lugar, a definição de objetivos que norteiam todo o processo, em especial a seleção dos documentos (formas e conteúdos). Em segundo, a definição dos critérios técnicos, adequados a cada realidade particular, que antecedem as etapas: reunião, construção de meios de busca, normalização, armazenamento. Tais objetivos e critérios técnicos ajustam-se necessariamente ao uso final que será dado ao acervo informativo.

Quanto à seleção dos documentos, deve-se definir o seu objetivo, por exemplo, se a intenção é apoiar a produção intelectual ou facilitar alguma tomada de decisão a nível político, econômico ou organizacional. No que diz respeito à definição dos critérios técnicos, encontramos o denominado controle bibliográfico: "identificação padronizada de itens de informação registrados nos vários suportes visando a sua recuperação subsequente" (4:8). Para tanto, é fundamental "estabelecer formas de entrada para os autores (pessoas e autores corporativos), títulos uniformes e nomes geográficos..." (5:265) assim como a indexação dos termos-chaves do contexto de um documento, que permitam mais tarde recuperar e acessar a informação e elaborar bibliografias, catálogos, resumos, alertas, entre outras fontes, para difundir informações.

Em ambos os casos, os objetivos da seleção dos documentos e critérios para a sua organização se inter-relacionam. Não se poderia justificar ou dar uma maior ênfase a qualquer desses elementos sem levar em conta a importância do outro. Neste sentido, o controle da produção documental, no contexto dos registros que possam constituir uma memória coletiva, deve atender ao necessário equilíbrio dessas partes.

## 3 O PARTIDO DOS TRABALHADORES

### 3.1 Breve histórico

O final da década de 70 representou no Brasil o momento de retomada dos movimentos populares e das reivindicações operárias decorrentes da crise econômica que desmascarou a inconsistência do chamado "milagre brasileiro", e das primeiras e tímidas medidas do governo militar frente à reorganização da sociedade e anseio de uma abertura política. Entre os anos de 1978 e 1979, eclodiram as primeiras grandes greves operárias em todo o país, em especial no Estado de São Paulo, onde os metalúrgicos vinham constituindo um forte movimento sindical (6:423-4).

A eclosão desses grandes movimentos mostrou aos trabalhadores os limites da ação sindical e a necessidade de participação política dos mesmos para continuidade e garantia das conquistas salariais e da liberdade de organização.

Já em 1978 essas idéias tomavam corpo entre as principais lideranças operárias e sindicalistas e foram discutidas exaustivamente em diversas reuniões até formulação embrionária do projeto do Partido dos Trabalhadores. Em janeiro de 1979 foi lançada, no IX Congresso dos Metalúrgicos e Eletricitários de São Paulo, a idéia de criação do Partido dos Trabalhadores, fundado oficialmente em fevereiro do mesmo ano, como fruto da vontade dos trabalhadores mais organizados do país naquele momento.

Aos grupos operários uniram-se setores esquerdizantes da classe média, em especial intelectuais, estudantes e organizações civis que vinham já rompendo, desde 1975, o cerco da ditadura militar, tais como o Movimento Contra a Carestia e associações de bairro (9:44). Ao PT também se filiaram diversas correntes já organizadas da esquerda, agrupadas em diferentes siglas e tendências.

Essa composição social inicial, de restrito espectro em termos nacionais, foi-se ampliando ao longo de dez anos de existência do Partido devido a diversos fatores. Em especial, cumpre citar o envolvimento e apoio de duas importantes

instituições: a CUT - Central Única dos Trabalhadores, fundada em 1981 e setores progressistas da Igreja Católica, ligados às Pastorais da Terra e às Comunidades Eclesiais de Base.

Outro fator de expansão e consolidação do Partido foram as sucessivas campanhas eleitorais em que o PT se lançou na década de 80 (82, 84, 86 e 88) sempre com candidaturas e propostas diferenciadas. A trajetória do Partido é marcada por momentos de crise decorrentes das divergências internas, da baixa densidade eleitoral das primeiras campanhas, da resistência às composições partidárias e da inexperiência administrativa. De uma maneira geral, entretanto, o Partido cresceu, tendo participado de importantes campanhas como as da diretas em 1984 e da Assembléia Constituinte em 1987-88, ao ponto de hoje se constituir num dos maiores partidos do país, organizado em todos os estados da federação. A campanha presidencial de 1989 foi reflexo dessa dimensão nacional do Partido.

Nos últimos anos, o PT tem patrocinado, ou ainda apoiado a criação de entidades educacionais para formação teórica de seus quadros, como é o caso do Instituto Cajamar (INCA), em São Paulo que, embora autônomo, guarda profundas ligações com o Partido. Dentre os objetivos do INCA, GADOTTI e PEREIRA destacam o de "criar um centro de formação de reflexão política" (9:208) que "pretende resgatar as conquistas acumuladas no campo das idéias" e "desenvolver uma metodologia própria que recupere o valor da experiência prática vivida pelos trabalhadores na luta diária" (9:209).

Buscando ligar teorias e práticas, o INCA e outras instituições similares, como as fundações Wilson Pinheiro e Nativo Natividade, apontam a necessidade do Partido de refletir sobre sua própria experiência e prática política, em fase de seu crescimento eleitoral e das enormes responsabilidades enfrentadas e por enfrentar dentro da administração pública.

Essa busca de reflexão, acima descrita, parece ser, em termos do processo vivido pelo Partido até o momento, a referência mais próxima da preocupação deste trabalho. Trata-se de discutir e investigar a importância e as condições

corretas para a constituição da memória do Partido, pois na medida em que o Partido procura *resgatar* suas experiências e *recuperar* o valor da prática pela reflexão teórica, se avistam sinais de um necessário registro documental da sua trajetória.

### **3.2 A documentação publicitária da campanha presidencial 89: o caso PT em Minas**

Como já foi dito, o trabalho objetivou acompanhar durante a campanha as formas de controle do material produzido e distribuído pela Frente Brasil Popular, liderada pelo PT e, num segundo momento, avaliar as condições, de sua guarda, organização e recuperação.

Analisando o organograma do Partido, observou-se que não há um espaço reservado exclusivamente à documentação, ficando essa, sujeita à Secretaria Geral (arquivo administrativo) ou à Secretaria de Imprensa (documentação de campanha, releases, etc.). O diretório estadual mineiro, com sede em Belo Horizonte, também reproduz essa situação, com a Secretaria de Imprensa se responsabilizando pela guarda da documentação.

Foram realizadas algumas visitas ao Comitê de Frente e ao Diretório Regional do Partido em Belo Horizonte. Verificou-se que, durante a campanha, embora houvesse a preocupação em se guardar exemplares dos materiais e reportagens de jornal, essa tarefa não era absolutamente prioritária. Frente aos crescentes compromissos e atividades que envolvem os poucos funcionários do Partido, suas comissões e a militância em geral no decorrer do processo, a guarda do material era realizada de forma desorganizada e aleatória, não sendo incumbido formal e permanentemente um responsável, mas contando quase sempre com a iniciativa espontânea e não-sistemática dos envolvidos diretamente no trabalho do Comitê.

Ainda assim, grande parte do material foi preservado e armazenado em pastas sem maior organização. Alguns meses depois da campanha, em visitas ao Diretório, verificou-

se que o material do Comitê foi levado sob guarda de um jornalista. Junto ao material publicitário recolhido no Comitê, também encontram-se documentos internos de ordem administrativa, resoluções e atas, correspondências recebidas e expedidas, recortes de jornais - tudo referente à campanha eleitoral de 89. Esse acervo, embora desorganizado, constitui-se, portanto, em rico depósito da memória do Partido. A sua desorganização põe em risco a sua integridade física e impede a otimização das buscas, reduzindo seu potencial informativo.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que os documentos (cartazes, "mosquitinhos", panfletos, folhetos, folders, etc.) produzidos e distribuídos durante a campanha presidencial de 1989 pelo PT, não apresentaram qualquer forma de sistematização ou controle. Desta forma confirma-se nosso pressuposto de que o Partido produziu e difundiu informações, mas não empreendeu qualquer controle sobre essa rica documentação. A situação desse tipo de documento - produção publicitária do PT na Campanha Presidencial de 89 - é exemplo que poderia ser generalizado não só aos demais partidos, como a outras instituições geradoras de materiais com potencial informativo para estudos sobre a memória e a histórica política do país.

Esta avaliação pode fornecer alguns subsídios teóricos quanto à sistematização desses e outros documentos similares, o que facilitaria o trabalho dos pesquisadores, jornalistas, militantes e toda comunidade interessada. Neste sentido, é importante destacar o papel dos "profissionais científicos da memória", como elementos dinamizadores de um processo de resgate institucional desses materiais, através da criação de arquivos, centros de memória, centros de documentação, etc. Esses profissionais deveriam, através de uma discussão interdisciplinar, definir critérios e técnicas para o tratamento dos materiais, através de sistemas manuais ou vinculados à tecnologia da informação.

A construção da memória política do país passa necessariamente pela lenta organização das fontes produzidas pelos partidos políticos. Como expõe SILVA: "A escassa menção desse tipo de fonte documental encontra-se, infelizmente, ligada à ausência de organização sistemática de material, em geral ainda esparso e não recolhido a instituições de pesquisa. Esperamos que tal situação vá se modificando à medida em que se expanda por todo o Brasil um vento de disposição à pesquisa, cujo objetivo inicial é o recolhimento e organização da documentação privada" (10:90).

**Political memory and documentary control: the case of PT (Workers' Party), during the electoral campaign of 1989.**

**This article discusses the organization, production control and dissemination of documents of the Workers' Party, during the electoral campaign for president of Brazil in 1989. It emphasizes the importance of documents for the Country's political memory.**

KEY WORDS: Political Parties - Brazil - Bibliographic Control

## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. LE GOFF, J. Memória. *Enciclopédia Einaude*. Lisboa: Imprensa Oficial - Casa da Moeda, 1984.
2. CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Antropologia e poder; uma ev. resenha de etnografias americanas recentes. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 3-50, 1. sem. 1989.
3. JULLIARD, J. A Política. In: NORA, PIERRE LE GOFF, J. *História; novas abordagens*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
4. BELOCH, Israel. Historiografia e fontes: 1930-1954. *BIB*, Rio de Janeiro, v. 22, p. 47-97, 1986.

5. LEMOS, A. A. B. de. A transferência de informação entre o norte e o sul: utopia ou realidade. *Rev. Esc. Bibliotecon. UFMG*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 61-74, mar. 1983.
6. GARCIA, M.L.A. Políticas e programas nacionais de informação científica e tecnológica. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 9, n. 1/2, p. 5-39, 1980.
7. CALDEIRA, P. da T. A situação do Brasil em relação ao controle bibliográfico universal. *Rev. Esc. Bibliotecon. UFMG*, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 260-283, set. 1984.
8. DE VOLTA, por mudanças. *Retrato do Brasil*, v. 2., n. 36, p. 421-425, s.d.
9. GADOTTI, PEREIRA. *Pra que PT*. S.N.T.
10. SILVA, Vera A. C.. Fontes de história regional: subsídios para estudos comparativos e temáticos. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-132, jan./jun. 1986.

Recebido para publicação em março de 1991.